

**FACULDADE DE ENFERMAGEM NOVA ESPERANÇA DE MOSSORÓ
CURSO DE BACHAREL EM PSICOLOGIA**

**MARIANA LARA CABRAL VIANA
KAREN LIVIA COSTA CARVALHO**

**A EDUCAÇÃO SEXUAL PARA CRIANÇAS NA PREVENÇÃO DE ABUSOS:
REVISÃO DE LITERATURA.**

**MOSSORÓ
2023**

**MARIANA LARA CABRAL VIANA
KAREN LIVIA COSTA CARVALHO**

**A EDUCAÇÃO SEXUAL PARA CRIANÇAS NA PREVENÇÃO DE ABUSOS:
REVISÃO DE LITERATURA.**

Artigo Científico apresentado à Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró (FACENE/RN), como requisito obrigatório, para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador(a): Profa. Dra. Laura Amélia Fernandes Barreto.

MOSSORÓ
2023

Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró/RN – FACENE/RN.
Catalogação da Publicação na Fonte. FACENE/RN – Biblioteca Sant'Ana.

C331e Carvalho, Karen Livia Costa.

A educação sexual para crianças na prevenção de abusos: revisão de literatura / Karen Livia Costa Carvalho; Mariana Lara Cabral Viana. – Mossoró, 2023. 20 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Amélia Fernandes Barreto.
Artigo científico (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró.

1. Educação sexual. 2. Abuso sexual na infância. 3. Criança. 4. Escolas. I. Viana, Mariana Lara Cabral. I. Título.

CDU 370:159.9

**MARIANA LARA CABRAL VIANA
KAREN LIVIA COSTA CARVALHO**

**A EDUCAÇÃO SEXUAL PARA CRIANÇAS NA PREVENÇÃO DE ABUSOS:
REVISÃO DE LITERATURA.**

Artigo Científico apresentado à Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró (FACENE/RN), como requisito obrigatório, para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovada em ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Laura Amélia Fernandes Barreto – Orientador(a)
Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró

Prof. Me. Rodrigo José Fernandes de Barros
Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró

Profa. Esp. Izabelly Paullini Bezerra do Nascimento Nogueira
Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró

A EDUCAÇÃO SEXUAL PARA CRIANÇAS NA PREVENÇÃO DE ABUSOS: REVISÃO DE LITERATURA.

SEX EDUCATION FOR CHILDREN IN THE PREVENTION OF ABUSE: LITERATURE REVIEW.

**MARIANA LARA CABRAL VIANA
KAREN LIVIA COSTA CARVALHO**

RESUMO

A sexualidade é parte da natureza humana e constitui a formação do indivíduo desde a infância, passando pela adolescência, vida adulta até o envelhecimento. Esta tende a se manifestar na vida do sujeito a depender do contexto em que está inserido, seja ele econômico e social, familiar, ou de condições singulares e particulares da pessoa. Atrelado a isso, a educação sexual torna-se pauta imprescindível para ser discutida desde a infância, considerando a participação indispensável da família e escola nesse fazer, que são os principais agentes propiciadores de reflexão nessa fase da vida. Com isso, busca-se responder de acordo com a literatura científica a seguinte questão: Quais os reflexos da Educação sexual em crianças como prevenção de abusos? Trata-se, portanto, de uma revisão integrativa de literatura, no qual serão utilizadas as bases de dados, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Scopus e Medline, por meio do operador booleano “AND”. A seleção resultou em 8 artigos no qual atendiam aos critérios buscados e foram selecionados para compor essa revisão integrativa. A pesquisa apontou atividades escolares pautadas num regime rígido, moral e instrutivo, visualizando barreiras para a abordagem de temáticas sobre a educação sexual e receio em como realizar essa abordagem. Nesse viés, reconhece-se a fundamentalidade do investimento na capacitação dos professores e que estes se permitam estar nesses espaços de formação continuada também de modo a trabalhar os padrões discriminatórios que geram exclusão e sofrimento, visto que a temática deve ser abordada dentro das escolas, também a fim de que esta possa se tornar um ambiente que acolha, previna e promova saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Educação sexual; abuso sexual na infância; criança; escolas.

ABSTRACT

Sexuality is part of human nature and constitutes the formation of the individual from childhood, passing through adolescence, adult life and aging. This tends to manifest itself in the subject's life depending on the context in which he is inserted, be it economic and social, family, or unique and particular conditions of the person. Linked to this, sex education becomes an essential agenda to be discussed since childhood, considering the indispensable participation of the family and school in this activity, which are the main agents that encourage reflection in this phase of life. With this, we seek to answer the following question according to the scientific literature: What are the consequences of sexual education in children as a means of preventing abuse? It is, therefore, an integrative literature review, in which the databases, Virtual Health Library (VHL), Portal of Electronic Journals of Psychology (PePSIC), Scopus and Medline will be used, through the Boolean operator " AND". The selection resulted in 8 articles that met the

searched criteria and were selected to compose this integrative review. The research pointed to school activities based on a rigid, moral and instructive regime, showing barriers to approaching themes about sex education and fear in how to carry out this approach. In this bias, it is recognized the fundamental importance of investing in teacher training and that they allow themselves to be in these spaces of continuing education in order to work on discriminatory patterns that generate exclusion and suffering, since the theme must be addressed within schools, also so that it can become an environment that welcomes, prevents and promotes health.

KEYWORDS: Sex education. Childhood sexual abuse. Child. Schools.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade é parte da natureza humana e constitui a formação do indivíduo desde a infância, perpassando pela adolescência, vida adulta até o envelhecimento. É o nome dado para o aspecto do ser humano que envolve sensações subjetivas do corpo, incluindo quesitos emocionais¹. Esta tende a se manifestar na vida do sujeito a depender do contexto em que está inserido, seja ele econômico e social, familiar, ou de condições singulares e particulares da pessoa. Atrelado a isso, a educação sexual torna-se pauta imprescindível para ser discutida desde a infância, considerando a participação indispensável da família e escola nesse fazer, que são os principais agentes propiciadores de reflexão nessa fase da vida. Neste sentido², destaca-se a necessidade de para que haja educação sexual, a escola reconheça que este ensino vai além do estudo anatômico e biológico do corpo, ultrapassando a abordagem fragmentada deste, abrangendo valores e emoções. Baseado nisso, a educação sexual configura-se como fundamental para o desenvolvimento de crianças mais saudáveis, além de ser um modo de prevenir abusos. Dessa forma, se faz importante e necessário buscar na literatura científica elementos que possam inspirar novas discussões e práticas e ainda apontar para alguns impactos decorrentes do abuso sexual infantil, com o objetivo de entender as repercussões no desenvolvimento da criança.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EDUCAÇÃO SEXUAL

A discussão acerca da educação sexual está fundamentada inicialmente no conceito de sexualidade, no qual trata de um âmbito da natureza humana presente e em constante evolução desde o nascimento por enquanto perdurar a vida, o que pode proporcionar questionamentos e

dúvidas desde a infância até a fase adulta. Como reflexo dessas mudanças, dúvidas e questionamentos perpassam o processo de autoconhecimento; sendo assim, a educação sexual torna-se parte indispensável da construção do sujeito. Educar sexualmente é oferecer condições para que as pessoas se assumam com seu corpo e sexualidade com convicção, sem medo, preconceitos, culpa, vergonha, bloqueios ou tabus. Além disso, tem o importante papel de atuar como forma preventiva de violência e abuso sexual³.

Configura-se abuso quando um sujeito em posição de superioridade (idade, força, posição social ou econômica, inteligência, autoridade) comete um ato prejudicial de ordem física, psicológica ou sexual, em contrariedade à vontade da vítima, ou por consentimento obtido a partir de inferência ou sedução enganosa⁴. As crianças e os adolescentes se encontram como as maiores vítimas de maus-tratos e atos abusivos, motivados pela posição de dependência e maior vulnerabilidade⁵. Os fatores causadores do abuso podem ter implicações diversas.

Dentre os tipos de abusos, há o abuso físico que se refere a agressões no corpo intencionais, que tem como objetivo lesionar e machucar a vítima, com o desejo de por meio disso obter obediência e disciplina^{4,6}. Além disso, há o abuso emocional que se refere à toda e qualquer forma de discriminação, rejeição, desrespeito e depreciação que sensibilize e prejudique o bem-estar ou a moral da criança, causando sofrimento⁴; e o abuso sexual que diz respeito a exposição do menor de idade a estímulos sexuais inadequados para sua faixa etária e maturidade, como forma de obter a satisfação sexual do agressor ou de outro sujeito⁷. Nota-se ainda que na grande parte das ocorrências de abusos infantis registradas no Brasil, os agressores são as pessoas mais próximas, ou seja intrafamiliar, com destaque para os pais, além de amigos e vizinhos⁶. Há uma violação aos direitos e as garantias individuais das crianças e adolescentes subsidiados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) previstos na Lei 8.069/90 – como a liberdade, respeito e dignidade⁸.

O Abuso Sexual Infantil (ASI) é considerado um dos maiores problemas de saúde pública e pode ser definido como a relação inapropriada entre uma criança ou adolescente que envolve atividade sexual com uma pessoa adulta, onde tem como objetivo à gratificação sexual deste⁹. Essa experiência se constitui como traumática, pois causa prejuízos no desenvolvimento da criança e repercussões a curto e longo prazo se estendendo até a vida adulta como um fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias, como hiperatividade e déficit de atenção, transtornos de ansiedade, alimentares e dissociativos, depressão e transtorno do estresse pós-

traumático¹⁰. Na atualidade, é um tema alarmante para discussão, considerando que esse tipo de abuso ocupa o 2º maior tipo de violência, ficando atrás da negligência e abandono infantil⁸. O Congresso Nacional instituiu, no ano de 2000, o dia 18 de maio como “Dia Nacional do Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”. A data foi determinada em memória do “Caso Araceli”, uma menina de oito anos de idade da cidade de Vitória/ES que foi intoxicada por drogas, estuprada, espancada e assassinada no dia 18 de maio de 1973. Araceli teve sua infância interrompida pela violência. No período em que as campanhas de prevenção contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescente se encontram mais ativas entre a população, como a campanha “Faça Bonito”, que orienta e incentiva a denúncia, os índices de queixas e prevenção aumentam¹¹.

Decorrente das informações disseminadas ao longo dos anos desde a criação da campanha, a discussão se expande por outras implicações. Existe diferença entre educação sexual e orientação sexual? Orientação sexual é a identidade que se confere a alguém em função da direção de seu comportamento ou atração sexual¹². Enquanto educação sexual é um processo que se propõe a preencher lacunas de informação, desenraizar tabus e preconceitos e discutir sobre emoções e valores que impedem a utilização de conhecimentos, também ampliando a visão profunda e diversa acerca da sexualidade¹³. Considerando a diferença evidenciada, ressalta-se que muito se confunde entre os dois termos, reafirmando a importância da educação para que se possa preencher brechas de questionamentos da orientação.

2.2 A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

O desenvolvimento da educação sexual na escola teve seu início focado no controle epidemiológico, ainda no século XX, onde o movimento era pautado na moral religiosa e familiar. Com o crescimento das discussões acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, um dos movimentos que teve grande influência nessa ação foi o movimento feminista, que elencava propostas de ampliação das discussões acerca da sexualidade com um caráter não só biológico, mas como prática aliada à saúde mental e física¹⁴.

A Lei nº 9934/96 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira (LDB), disposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), possui recomendações para o trabalho da educação sexual no contexto escolar dentro dos chamados temas transversais, publicados em 1997, primeiro para os anos iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) e, no ano posterior, para os anos finais (5ª a 8ª séries)¹⁵. No documento dos PCNs, ainda é proposto o trabalho dos

conteúdos em blocos, a citar "Corpo: matriz da sexualidade", "Relações de gênero" e "Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS", com divisão de conteúdos para os dois grupos de faixa etária¹⁶.

Posteriormente, o Ministério da Educação (MEC), publica o Decreto 6.286/2007 instaurando o Programa Saúde na Escola (PSE), no qual tem como finalidade “contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde”¹⁷. Desse modo, algumas das ações desse programa dizem respeito à promoção à saúde sexual e reprodutiva, além da cultura de ações de prevenção no âmbito escolar; e inclusão de temáticas de educação em saúde no projeto político pedagógico das instituições de ensino. O PSE, portanto, trata de uma articulação entre os Ministério da Saúde e Educação, bem como das secretarias municipais e estaduais, para o desenvolvimento das ações propostas no ambiente escolar¹⁸.

Contudo, na sociedade brasileira, os conteúdos que envolvem a sexualidade ainda são vistos como pecaminosos, feios de forma pejorativa, principalmente por uma ótica religiosa conservadora, culminando na não exploração e diálogo da temática, resultando na deseducação sexual, sendo visto como exclusivo para adultos, significando um controle do conhecimento da sexualidade infantil e de adolescentes. Estes são vistos como seres “assexuados”. O “não dialogar”, desse modo, facilita a exposição de adolescentes a situações de riscos relacionados ao exercício da sexualidade, como gravidez indesejada, contágio de infecções sexualmente transmissíveis, abusos sexuais e traumas psicológicos e emocionais resultantes da vivência de uma sexualidade frustrante^{19,20}.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, que se configura como a mais ampla das abordagens metodológicas quando se refere às revisões, permitindo incluir estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno em análise²¹. Este seguiu os preceitos de estudo exploratório a partir da seguinte pergunta norteadora: Quais os reflexos da educação sexual em crianças como prevenção de abusos?

As bases de dados que contribuíram para as respostas da problemática proposta, foram: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Medline. Com a utilização dos seguintes descritores consultados no DeCS (Descritores em

Ciências da Saúde): “Educação Sexual”, “Abuso sexual na infância”, “Criança”, “Escolas” por meio do operador booleano “AND”.

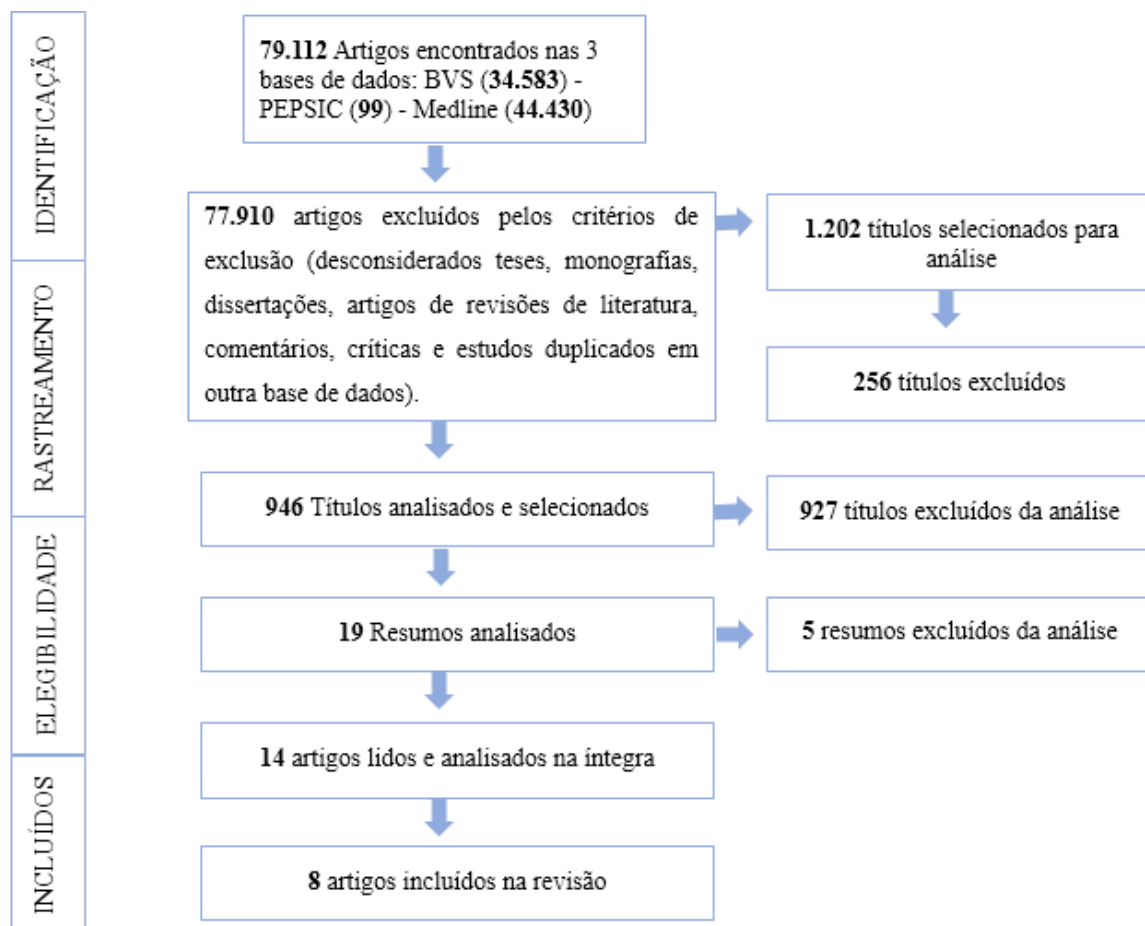
Como critérios de inclusão, foram considerados: artigos completos publicados nos últimos cinco anos (2017 a 2022), artigos disponíveis na íntegra, escritos na língua portuguesa e que tenham relação com o tema proposto. Quanto aos critérios de exclusão, não foram considerados teses, monografias, dissertações, artigos de revisões de literatura, comentários, críticas e estudos duplicados em outra base de dados.

A seleção dos artigos ocorreu em três etapas: 1ª Etapa: leitura dos títulos; 2ª Etapa: leitura dos resumos; 3ª Etapa: leitura na íntegra. Logo, foram incluídos outros estudos contidos nas referências dos artigos selecionados nas etapas anteriores, cujos padrões de inclusão foram obedecidos. As informações extraídas dos artigos selecionados foram tabeladas de acordo com os seguintes critérios: Títulos; Autores; Ano; Palavras-chaves e resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os 79.112 artigos inicialmente encontrados na primeira busca, um total de 77.910 artigos foram excluídos ao inserir os filtros baseados nos critérios de exclusão que são eles: desconsiderados teses, monografias, dissertações, artigos de revisões de literatura, comentários, críticas e estudos duplicados em outra base de dados. Assim, 1202 artigos foram selecionados para leitura do título. Após leitura do título (1ª etapa), feita em 946 títulos, 927 artigos foram excluídos, restando 19 artigos selecionados para leitura do resumo. Dos 19 artigos restantes, 5 foram excluídos após a leitura dos resumos (2ª etapa), restando assim 14 artigos para leitura na íntegra (3ª etapa). Após esta etapa, 8 artigos atendiam aos critérios buscados e foram selecionados para compor essa revisão integrativa. Esses dados estão expressos na figura 1.

Figura 1 - Fluxograma da busca de artigos e critérios de seleção



Fonte: Elaboração própria (2023).

Nesse sentido, a partir da leitura íntegra dos artigos, elaboramos três categorias de análises: Violência sexual no Brasil, Violência sexual na infância: visão da escola e Violência sexual contra crianças: identificação, manejo e consequências. Essas categorias nortearam as discussões que serão embasadas nos 8 artigos incluídos nesta pesquisa.

4.1 VIOLÊNCIA SEXUAL NO BRASIL (4)

Os artigos selecionados para esse tópico referem-se a pesquisas realizadas em diferentes regiões do Brasil, como norte, nordeste e sul. Na região nordeste, Sena, Silva e Falbo Neto²² idealizaram um estudo no município de Recife/PE; Já em Petrolina, também no estado de Pernambuco, os pesquisadores foram Miranda, Fernandes, Melo e Meireles²³, e ambos analisaram registros confirmados de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual por meio de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Já na região norte, em Macapá/AP, Chaves, Neves, Araújo, Calandrini, Cardoso e Menezes²⁴ utilizaram

dados públicos e de prontuários para efetivar o estudo. Na região Sul foi executada a pesquisa em diferentes regionais de saúde do estado do Paraná. Araujo, Ramos, Zaleski, Rozin e Sanches²⁵ utilizaram dados a partir dos casos notificados pelo SINAN, disponibilizados pelo DATASUS. Realizou-se com informações dos anos de 2010 a 2017, alternando de análise a análise. Foi possível perceber a variação em alguns aspectos dos perfis das vítimas e dos agressores a depender do local em que foi efetivado.

A se tratar do perfil da vítima, na cidade de Recife, a maior prevalência foi da faixa etária de 10 a 14 anos (59,2%), com predomínio de vítimas do sexo feminino (92,1%), de cor da pele pardo (80,5%). Em Petrolina prevaleceu as idades de 10 a 19 anos (80,4%), crianças e adolescentes do sexo feminino (95,8%), e no estudo não buscaram o critério raça/cor da pele. Já em Macapá as vítimas tinham predominantemente 8 a 10 anos (29%), confirmam os dados que também eram maior parte do sexo feminino (76,4%) e não possuíam informações referentes a raça/etnia. No estado do Paraná as crianças entre 5 a 7 anos foram as mais violentadas (56,8%), em maior frequência do sexo feminino (69,6%), de cor branca (66,8%). Os dados retratam que a violência sexual infantil pode também ser entendida como violência de gênero, refletindo a desigualdade histórica existente entre homens, mulheres e meninas na sociedade. Além disso, outros estudos realizados por todo o território brasileiro também demonstram que a maioria de casos de violência sexual são contra as meninas²⁵. Os dados se consolidam mutuamente validando o que se pode perceber cotidianamente: o machismo enraizado estruturalmente na sociedade comete atrocidades contra mulheres em todas as idades. Essa perspectiva se reflete ao pensar o contexto de subordinação em que a mulher é inserida desde a infância, o que a leva a estar mais vulnerável aos mais variados tipos de violências.

No que diz respeito ao perfil do agressor, em Recife foi predominantemente um conhecido da vítima (47,2%), não identificado pelo sexo. Em Petrolina significativo número de vítimas foi agredida por indivíduos do sexo masculino (97,3%), sendo o(a) namorado(a) o tipo de agressor mais frequente (33,8%). As variáveis para esse dado em Macapá apontam tendência a ter sido do sexo masculino (69,1%), e em 37,7% dos casos o agressor é uma pessoa desconhecida ou não identificada. No Paraná foi possível observar que o item outros vínculos/grau de parentesco foi o mais prevalente das fichas de notificações com 31,1%, seguido do item amigo(a)/conhecido(a) como provável agressor, com 18,3%, que também não identificava o sexo. Os dados reafirmam que as questões relativas ao gênero se relacionam à exploração e dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino, particularmente às crianças²⁶. Ainda escancaram um fato discutido em sociedade quando utilizada a frase do senso

comum “o agressor não tem cara”: os dados mais diversificados foram o do perfil do agressor. Reafirmam assim o papel não só da escola, mas juntamente com a família de abordarem com as crianças e adolescentes, de que formas pode ser identificado um abuso ou violência sexual, para dar suporte a sentirem-se minimamente confiantes a externalizar o fato percebido, visto que por inúmeras vezes o autor da agressão tem algum grau de parentesco com a vítima. Salienta-se que é uma discussão importante ainda em todas as faixas etárias da vida humana.

Quanto ao local onde a violência sexual aconteceu, quase todas as pesquisas corroboram com o mesmo dado que o fato se deu na residência da vítima, exceto o estudo realizado em Recife, que divulgou os bairros da capital onde mais foram notificados casos, mas não especifica a categoria de local. Em Petrolina compete 89,9% dos casos, enquanto em Macapá essa porcentagem ocupa 49,1%. Já no Paraná essa estatística sobe para 71,6% das notificações. A condição de dependência de menores, em relação aos seus familiares, principalmente aos genitores e as pessoas que residem no mesmo domicílio deve, possivelmente, contribuir com a maior ocorrência e subnotificação deste tipo de violência²². Assim, a residência é cenário de diversos tipos de violência, além de sua privacidade contribuir para silenciar episódios recorrentes, que acaba por desconstruir na criança e no adolescente a imagem de um lugar de proteção e confiança. Todo esse contexto dificulta o conhecimento dessas singularidades e a adoção de medidas interventivas²⁷.

De tal forma, é possível perceber uma diversidade de lacunas não preenchidas encontradas na construção desse fazer, seja a falta de abertura para falar sobre a educação sexual em casa, ou pela perspectiva dos pais e/ou responsáveis de não saberem manejar a temática com esses sujeitos, o que resulta em muitas situações no que afirmam os dados aqui explanados, o abuso ou exploração sexual acontece dentro das próprias residências. Neste sentido, espera-se que essas informações sejam de responsabilidade da escola, que é um agente do conjunto a quem se deve essa atribuição, não o único executor.

4.2 VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA: VISÃO DA ESCOLA (2)

A escola se configura como um espaço importante para o desenvolvimento de ações educativas que tenham como objetivo a promoção dos direitos humanos das crianças. Diante disso, Campos e Urnau²⁸ apontam em seu estudo que poucos educadores estão cientes desse papel da escola e que nenhum relatou ação com foco no enfrentamento da violência sexual, na escola. Mas, como uma temática coadjuvante apoiando campanhas de outras instituições e

recebendo voluntários que se disponibilizam para debater determinado assunto na escola. Por outro lado, diretoras entrevistadas compartilham que o papel da instituição de ensino é apenas a transmissão do conhecimento, com um olhar limitado. Enquanto as supervisoras reconhecem a importância do debate sobre o tema na escola e justificam essa ausência devido ao excesso de demandas existentes, quatro professoras também fizeram parte da pesquisa, e notou-se que a grande parte das falas sobre a sexualidade e o direito a ela são compreendidos como temática para além da escola, que deveriam ser discutidas por funcionários da saúde. O que mostra um distanciamento da escola frente a essa questão social e política.

Essa discussão corrobora com o estudo de Santos, Mascarenhas, Rodrigues e Monteiro²⁹ onde apresenta um aumento no número de notificações de violência sexual na escola, em todo o Brasil, no período de 2010 a 2014, o que demonstra a importância e necessidade da abordagem nesse espaço. Revela-se, ainda, que a prevalência de violência sexual entre estudantes foi maior no sexo feminino (15,6%) em comparação ao sexo masculino (5,4%) executados em sua maioria por familiares e professores.

Os autores discutem ainda que foram identificados os seguintes tipos de violência sexual: pornografia infantil, estupro, atentado ao pudor, assédio sexual, exploração sexual, e outros. Percebe-se que, entre os tipos apresentados, o estupro foi o de maior frequência, o que pode estar relacionado ao fato de que para a criança, parece ser mais complicado compreender os demais tipos de violência. Por outro lado, o estupro se configura como a forma mais clara de violência sexual e, por essa razão, desencadeia as denúncias, ao contrário dos demais tipos de violência.

Acerca disso, Campos e Urnau²⁸ apresentam em seu estudo alguns procedimentos adotados por agentes escolares diante da suspeita ou confirmação de violência sexual, a citar a prática mais comum: o agendamento de reunião com os responsáveis para tratar sobre o assunto, procurando “resolver” a situação internamente, e acionar o Conselho tutelar em segundo plano, somente quando não o conseguem. O que vai contra os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente no Art. 13³⁰, determina: “Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças ou adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”. O que contribui para deixar impune os autores da violência e a perpetuação dessa contra as crianças, impossibilitando o acolhimento e atendimento das vítimas pela rede de proteção adequada. A pesquisa ainda explana que um dos motivos que levam a subnotificação dos profissionais, é a não percepção e o fato de não saber como proceder diante da violência sexual. Outro motivo, seria o desconforto

emocional em lidar com essas demandas, pois existe a possibilidade de que alguns educadores tenham sido vítimas.

Diante disso, Santos, Mascarenhas, Rodrigues e Monteiro²⁹ apresentam algumas atitudes que vêm sendo implantadas no Brasil por meio do Governo Federal com o objetivo de incentivar a denúncia dos casos de violência sexual e proteção da infância, o Projeto Escola que Protege amplia o diálogo incluindo a sociedade acerca de formas de proteção da infância da violência. Além do Programa Saúde na Escola (PSE), que articula equipamentos de saúde com escolas sobre questões de prevenção e proteção à saúde.

Em complemento, Campos e Urnau²⁸ explanam algumas ações de prevenção à violência sexual realizadas nas escolas da pesquisa, como a realização de palestras para os alunos/as com a participação de voluntários. Entretanto, os conteúdos são diversos: bullying, suicídio, drogas, gravidez na adolescência, depressão, violência sexual, doenças sexualmente transmissíveis, trânsito, doenças de visão e verminose. Ou seja, são atividades pautadas na exposição oral, limitando a troca de experiências, participação dos alunos, vínculo e estabelecimento de confiança e cuidado. Ademais, nenhuma das escolas trabalha a orientação sexual como conteúdo curricular e transversal. Visualiza-se a necessidade da ampliação do olhar acerca dessa questão, pois se trata de algo que faz parte do aluno(a) e falar sobre isso é importante, pois gera reflexão crítica acerca da perspectiva de gênero e diversidade sexual, cooperando para que os/as estudantes possam experienciar sua sexualidade de forma saudável e refletida. Outro dado importante observado é que grande parte dos professores nunca tiveram uma formação sobre a temática em questão.

Diante disso, como as escolas serão um espaço que protege e age no enfrentamento da violência sexual se os agentes não possuem conhecimento sobre o tema e não conseguem reconhecer suas causas e consequências e, ainda, que trata-se de uma violação de direitos? Percebe-se que grande parte das escolas e profissionais da educação detém um olhar e metodologia muito rígida e tradicional no qual não promove momentos de reflexão e discussões acerca de aspectos políticos, sociais como é o caso da sexualidade, violência sexual, tapando os olhos para isso, que os estudos mostram dados só crescem, e interferem no ensino aprendizagem dos alunos. A luta pela garantia de direitos das crianças é um dever coletivo de professores, pais, agentes de saúde e comunidade.

4.3 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: IDENTIFICAÇÃO, MANEJO E CONSEQUÊNCIAS

Com base em Hohendorff JV e Patias ND³¹ no Brasil, dentre os casos de Violência Sexual (VS), 38% foram registrados como vítimas do sexo masculino e 62% sendo do sexo feminino, por meio do Disque Direitos Humanos (Disque 100), indicando maior notificação de casos de meninas, não sendo possível afirmar que os casos com meninos sejam em menor número. Essas informações vão ao encontro do que traz o estudo de Platt VB, Back IC, Hauschild DB e Guedert JM³² realizado em Santa Catarina, onde a maioria das vítimas eram do sexo feminino (75,5%), branca (78,0%) e não possuía deficiência (94,5%), com uma notificação de vítima indígena. Contudo, o fato de a maioria das notificações corresponder a vítimas do sexo feminino pode ser justificada por subnotificações do sexo masculino, decorrente do preconceito que surge quanto à identidade sexual. Contribuindo ainda que a faixa etária mais acometida no sexo feminino foi a de 10 a 15 anos (41,2%); no masculino, de 2 a 6 anos (42,5%), enquanto o outro estudo não apresenta esse dado. A zona urbana foi a mais citada (98,5%), o que pode ser atribuída à maior concentração populacional nessa região, à dificuldade de acesso de pessoas da zona rural aos locais de referência ou decorrentes de aspectos culturais³². Já Hohendorff JV e Patias ND³¹ discorrem que quanto a característica do autor da violência, é ser conhecido das vítimas (66,5%) e agindo sozinho em 85,2% dos casos. Ainda citam que a violência sexual causa impacto na saúde mental das vítimas.

No estudo, os autores dividem e agrupam em 4 distintos grupos as consequências físicas: onde envolve lesão corporal, mutilações, fissura e dilaceração anal, e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Além de consequências emocionais: ansiedade, culpa, medo, raiva. Consequências cognitivas, como a baixa autoestima, confusão quanto a identidade de gênero e orientação sexual (especialmente nos meninos), dificuldade de aprendizagem, dissociação, paranoia, pensamentos obsessivos, pesadelos. E ainda pode haver consequências comportamentais: agressividade, baixo rendimento escolar, comportamento autodestrutivo, externalizante, regressivo, fugas de casa, ideação suicida, problemas interpessoais, comportamento hipersexualizado, sintomas obsessivo-compulsivos. Ademais, psicopatologias podem surgir, como o Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT), Transtorno de ansiedade, de humor, alimentares, transtornos de sintomas somáticos e relacionados a substâncias. Além disso, os autores Platt VB, Back IC, Hauschild DB, Guedert JM³² contribuem com dados de Santa Catarina, a citar que 1% das vítimas tentaram suicídio, 1,3% desenvolveram transtorno mental, 22,4% transtorno do comportamento e 20% transtorno do estresse pós-traumático. Os portadores de transtornos ou deficiências físicas ou mentais, portanto, estão em maior risco e são mais vulneráveis a sofrerem VS.

Acerca do manejo, Platt VB, Back IC, Hauschild DB, Guedert JM³² comentam que a profilaxia das Infecções Sexualmente Transmissíveis e a gravidez está indicada nos casos em que a vítima chega ao atendimento com até 72 horas após a VS e havendo contato com secreções. Ressalta-se ainda, a importância do trabalho multidisciplinar e intersetorial com ações de atenção à saúde integradas de cuidado, além de punição do agressor e proteção às vítimas e seus familiares. Hohendorff JV, Patias ND³¹ apontam que essa proteção deve ser realizada por equipe capacitada e que a notificação é obrigatória para profissionais da área da educação e saúde, preferencialmente ao Conselho Tutelar, onde então os devidos encaminhamentos serão garantidos, como um direito das vítimas.

Nota-se portanto que a violência sexual gera inúmeras consequências na vítima, reverberando por toda a vida, visualizando a importância e necessidade de um acompanhamento psicológico para estas, afim de que possam minimizar os danos causados. Outro ponto a destacar é a questão do gênero e idade, pois as pesquisas mostram as meninas como maiores vítimas, o que pode estar motivado pela ideia de “sexo fragil” e ainda há a se considerar a “moral” dos adultos imposta pela cultura, como um ser superior, onde este manda e a criança obedece.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a discussão acerca da educação sexual não é recente, mas a necessidade de avanços e estudos é evidente e necessária, uma vez que as atividades estão pautadas num regime rígido, moral e instrutivo, visualizando barreiras para a abordagem de práticas recomendada nos PCNs. Uma outra pauta a ser discutida é: Por quem deve ser abordada a temática na escola? Os professores e a gestão apontam entre si e ainda aos profissionais da saúde. Nesse viés, reconhece-se a importância do investimento na capacitação dos professores e que estes se permitam estar nesses espaços de formação continuada também de modo a trabalhar os padrões discriminatórios que geram exclusão e sofrimento, visto que a temática deve ser abordada dentro das escolas, também a fim de que esta possa se tornar um ambiente que acolha, previna e promova saúde. Além disso, os dados constroem um perfil mais prejudicado enquanto vítima do abuso e exploração sexual em suas mais variadas formas: crianças e adolescentes de faixa etária de idade variada, do sexo feminino, de cor parda ou branca. Para mais, o agressor não tem traços tão específicos, vai desde conhecidos da vítima a pessoas totalmente desconhecidas, mas com um traço em comum de ser do sexo masculino nos estudos onde buscaram por essa característica da informação.

Ademais, constata-se que o objetivo deste trabalho tenha sido alcançado junto a pergunta norteadora: Quais os reflexos da educação sexual em crianças como prevenção de abusos? Apesar de nenhum dos estudos encontrados apresentar um trabalho escolar seguindo as orientações de trabalhar a educação sexual de modo transversal, é importante refletir e considerar que crianças sentem e sofrem com questões de impacto do ato abusivo e essas reverberam até a fase adulta, seja física ou psicologicamente, gerando consequências nas mais variadas esferas da vida. Assim sendo, salienta-se a importância de um trabalho que ensina e acolhe, desde o ambiente familiar ao escolar, reiterando que a prevenção é uma saída menos consequente do que remediar os danos causados.

Aponta-se ainda, dificuldades para construção deste trabalho que vão desde encontrar artigos nas bases de dados científicas, o que demonstra a carência de material sobre a temática, até a atual sobrecarga do último período da graduação. Mas, para além disso, verifica-se a importância deste em âmbitos além da área da saúde, da psicologia, mas também para a educação e agentes que a compõem.

REFERÊNCIAS

1. Maia AC. Sexualidade e educação sexual. São Paulo, p. 1-15, 10 jul. 2014.
2. Gonçalves RC, Faleiro JH, Malafaia G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. *Holos*, [s. l], v. 5, p. 1-13, 2013.
3. Souza HP. *Convivendo com seu sexo (Pais e Professores)*. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1991.
4. Pires AL, Miyazaki MC. Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. *Arquivo Ciência e Saúde*, São José do Rio Preto, v. 12, n. 1, p. 42-49, jan-mar. 2005.
5. Florentino BR. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal: Revista de Psicologia* [online]. 2015, v. 27, n. 2, pp. 139-144. Available from: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/805>. Acesso em: 18 Ago. 2022
6. Brasil. Ministério da Saúde. *Abuso sexual é o 2º maior tipo de violência*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
7. Martins CM. *Análise da ocorrência de estresse precoce em pacientes psiquiátricos adultos*. 2012. Dissertação (Mestrado em Saúde Mental) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
8. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá

outras providências. 1990. Available from:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18 Ago. 2022.

9. World Health Organization. (2004). Comparative quantification of health risks: Global and regional burden of diseases attributable to selected major risk factors: Vol. 2. Child sexual abuse (chap. 23). Geneva, Switzerland: Author. Retrieved March 10, 2007. Available from: <http://www.who.int/publications/cra/chapters/volume2/1851-1940.pdf>. Acesso em: 16 Ago. 2022.

10. Saywitz KJ, Mannarino AP, Berliner L; Cohen JA (2000). Treatment for sexually abused children and adolescents. *American Psychologist*, 55(9), 1040-1049.

11. Bezerra MS, Piana MC. 18 de maio é todo dia: a violência sexual contra criança e adolescente no Brasil. In: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, nº16, 2019, Brasília. Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Brasília: [s.n.]. 2019. p.1-10.

12. Rios RR, Piovesan F. A discriminação por gênero e por orientação sexual. In: Seminário Internacional- As minorias e o direito, 2001, Brasília (Série Cadernos do CEJ, v. 24).

13. Suplicy M, Egypto AC, Branco CC. **Sexo se aprende na escola**. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 1998.

14. Sfair SC, Bittar M, Lopes RE. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. *Saúde e Sociedade*, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 620-632, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO).

15. Pereira PS. Descobertas e desafios da educação sexual na escola. 2012. 28 (monografia)- Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

16. Cassiavillani TP; Albrecht MP. Educação sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. Santo André, 2022.

17. Brasil/MEC. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007. Available from: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16966&Itemid=1141. Acesso em: 04 Out. 2022.

18. Lima EB. Sexualidade e currículo escolar: um diálogo a partir da legislação. In: IV Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão. 2012. Available from: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10183/38/112.pdf>. Acesso em: 02 Out. 2022.

19. Tiba I. Adolescência: o despertar da sexualidade. São Paulo: Gente, 1994. 42.

20. Trindade E, Bruns MA. Adolescentes e paternidade, um estudo fenomenológico. Ribeirão Preto: Holos, 1999.

21. Souza MT, Silva MD, Carvalho R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. FapUNIFESP (SciELO).

22. Sena CA, Silva MA, Falbo Neto GH. Incidência de violência sexual em crianças e adolescentes em Recife/Pernambuco no biênio 2012- 2013. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2018, v. 23, n. 5 [Acessado 1 Março 2023] , pp. 1591-1599.
23. Miranda MHH, Fernandes FECV, Melo RA, Meireles RC. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados. *Rev esc enferm USP* [Internet]. 2020;54.
24. Chaves NL, Neves MNSS, Araújo MHM, Calandrini TSS, Cardoso RF, Menezes RAO. Epidemiologia do abuso sexual contra crianças e adolescentes admitidas em um hospital de referência da amazônia brasileira: um estudo exploratório-descritivo. *Rev Diagn Tratamento*, 2020. Macapá/AP, Brasil.
25. Araujo G, Ramos M, Zaleski T, Rozin L, Sanches LC. Determinantes da violência sexual infantil no estado do Paraná - Brasil. *Rev Espaço para a Saúde*. 2019 Dez.;20(2):42-54.
26. Pinto Júnior AA, Lopes DC, Pinheiro VS, Ortiz MM, Oliveira SL. Perfil da violência sexual doméstica contra crianças adolescentes no município de Dourados/MS. *Revista Psicologia e Saúde* 2012; 4(1):59-68.
27. Rates SMM, Melo EM, Mascarenhas MDM, Malta DC. Violence against children: an analysis of mandatory reporting of violence, Brazil 2011. *Ciência Saúde Coletiva*. 2015;20:e42014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015203.15242014>
28. Campos DC, Urnau LC. Exploração sexual de crianças e adolescentes: reflexão sobre o papel da escola. *Psicol Esc Educ* [Internet]. 2021;25(Psicol. Esc. Educ., 2021 25).
29. Santos MJ, Mascarenhas MDM, Rodrigues MTP, Monteiro RA. Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola - Brasil, 2010-2014. *Epidemiol Serv Saúde* [Internet]. 2018;27(Epidemiol. Serv. Saúde, 2018 27(2)).
30. Brasil (2017). Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata (16a ed.). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.
31. Von Hohendorff J, Dapieve Patias N. Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo. *barbaroi* [Internet]. 12º de dezembro de 2017 [citado 1º de março de 2023];0(49):239 - 257.
32. Platt VB, Back IC, Hauschild DB, Guedert JM. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. *Ciênc saúde coletiva* [Internet]. 2018Apr;23(Ciênc. saúde coletiva, 2018 23(4)):1019–31.